

Capítulo 1

SURFANDO NAS ONDAS DO FEMINISMOS



SURFANDO NAS ONDAS DO FEMINISMOS¹

SURFING THE WAVES OF FEMINISM

Cleber Meneses²

Resumo: Os feminismos são divididos didaticamente em períodos históricos e tomando como base as bandeiras e pautas que defendem. Estes movimentos surgiram para pleitear equidade de direitos políticos, sociais e civis para as mulheres, mas que passaram por fases de transformação e ressignificação das sujeitas que as constituem e que foram nomeados de ondas dos feminismos. Afinal, quem faz parte do feminismo? Seria apenas a mulher cis ou temos espaço para ampliar a compreensão do feminino para além do biológico? Este trabalho foi escrito com base em uma revisão bibliográfica e está seguindo uma sequência lógica temporal abordando as principais tendências de cada onda. Está dividido em cinco partes, sendo as três primeiras relacionadas às ondas, a quarta parte trazendo reflexões acerca do transfeminismo e finalizando com uma discussão a respeito das Radfem.

Palavras-chave: Feminismo; Gênero; Interseccionalidade; Transgênero; Radfem.

Abstract: Feminisms are didactically divided into historical periods and based on the flags and agendas they defend. These movements emerged to plead for equal political, social and civil rights for women, but which went through phases of transformation and re-signification of the subjects that

1 Este trabalho é uma subseção da Tese DIÁSPORA TRANS: MOBILIDADES E MIGRAÇÕES ESPAÇO-TEMPORAL E DE GÊNERO defendida pelo autor como requisito da titulação de doutorado em Sociologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe

2 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, Mestre em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, professor de Sociologia e Educação da Universidade Estadual do Mato Grosso – UNEMAT, membro do GEPPIP - Grupo de Estudos e Pesquisa Processos Identitários e Poder.



constitute them and which were named waves of feminisms. After all, who is part of feminism? Is it just the cis woman or do we have room to broaden the understanding of the feminine beyond the biological? This work was written based on a bibliographic review and is following a logical temporal sequence addressing the main trends of each wave. It is divided into five parts, the first three related to the waves, the fourth part bringing reflections about transfeminism and ending with a discussion about Radfem.

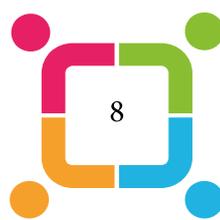
Keywords: Feminism; Gender; intersectionality; Transgender; Radfem.

Introdução

Tomaremos como ponto de partida a teoria rousseuniana no que tange a questões das desigualdades de gênero, que contextualiza como a mulher era representada e compreendida pela sociedade da época. Em seu texto “Emílio e a educação” de 1792, temos a exclusão política e subordinação social da mulher, que estaria relegada ao espaço privado (doméstico) enquanto o espaço público era destinado exclusivamente aos homens, fatores estes que foram naturalizados e assumidos como incontestáveis.

[...] toda a educação das mulheres deve ser relativa ao homem. Serem úteis, serem agradáveis a eles e honradas, educá-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida mais agradável e doce; eis os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes devemos ensinar já na sua infância. (ROUSSEAU, 1992, p.443)

Uma concepção social que, ainda hoje, tem os seus seguidores e difusores, de que a mulher é



concebida como ser inferior e destinada a zelar e servir ao homem e ao lar, assim como procriar. Este pensamento tem sido contestado ao longo da história, reverberando na construção do contradiscurso dos movimentos feministas. E é refutando as teorias e práticas que constroem a mulher como sujeita marginal que surge o feminismo.

O Feminismo surge e se organiza como movimento estruturado, a partir do fenômeno da modernidade, acompanhando o percurso de sua evolução desde o século XVIII, tomando corpo no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, transformando-se, também, em instrumento de críticas da sociedade moderna. E, apesar da diversidade de sua atuação, tanto nos aspectos teóricos, quanto nos aspectos práticos, o Feminismo vem conservando uma de suas principais características que é a reflexão crítica sobre as contradições da modernidade, principalmente, no que tange a libertação das mulheres. (SILVA, 2008, p.1-2).

Os feminismos são múltiplos, seja em sua estrutura ou pelas bandeiras e pautas que defendem, eles surgiram para pleitear equidade de direitos políticos, sociais e civis para as mulheres, mas que passaram por fases de transformação e ressignificação das sujeitas que as constituem e que foram nomeadas de ondas dos feminismos.

Apresentaremos a seguir, de forma sintética, essa divisão meramente didática dos feminismos para ilustrar como os movimentos foram trilhando novos percursos e pleiteando novas lutas, tomando como referência os trabalhos das autoras Célia Pinto (2010); Branca Alves e Jaqueline Pitanguy (1981); Simone de Beauvoir (1967;1970); Jaqueline de Jesus (2013); Bárbara Garii (2007); Sandra Saleiro (2013); Simone Ávila (2010).



A primeira Onda – as sufragistas

A primeira onda feminista aconteceu no período entre o final do século XIX e o século XX (Europa e EUA), representada por um conjunto de movimentações protagonizado por mulheres em torno da luta por igualdade política e jurídica entre os sexos.

O feminismo se desenvolve a partir do contexto histórico da época, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, tendo possibilitado que as mulheres se aproximassem e se agrupassem devido ao trabalho nas fábricas e as migrações do campo para cidade, impulsionadas pela ascensão do capitalismo, vivenciando as transformações que ocorriam no campo do trabalho, da cultura, do Estado e da vida nas cidades.

Um marco da primeira onda é o movimento das sufragistas (Reino Unido e Estados Unidos), que tem como problema a compreensão da mulher como uma sujeita universal, tomando como referência a mulher branca e de classe média, excluindo a diversidade de sujeitas que compõe o universo feminino.

A mulher conquista direito ao voto em 1918 no Reino Unido e em 1920 nos Estados Unidos e aproximadamente dez anos depois, em 1927, o primeiro país da América Latina (Uruguai) concede o direito ao voto para as mulheres, seguido do Equador (1929) e do Brasil (1932), durante o governo de Getúlio Vargas.

As sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932,



quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (PINTO, 2010, p. 16)

De acordo com Branca Alves e Jacqueline Pitanguy (1981), a luta pelo sufrágio feminino durou aproximadamente sete décadas nos Estados Unidos e na Inglaterra, enquanto no Brasil durou uma média de 40 anos contados a partir da Constituinte de 1891.

Segunda Onda – Diversidade Sexual e Étnica

A segunda onda feminista inicia nos anos 60 na Europa e Estados Unidos, período que se caracterizou pela busca da igualdade social e igualdade de direitos através do fortalecimento dos movimentos de esquerda nos países do Ocidente, tanto no plano ideológico, quanto no político.

Tivemos o surgimento de várias manifestações artísticas de contracultura e o fortalecimento dos movimentos estudantis e civis em favor dos negros, mulheres e homossexuais dando ênfase para as reivindicações nos anos seguintes.

Temos um cenário mundial conturbado nessa década, com os países recuperando-se da 2ª Guerra Mundial e vivenciando o clima tenso da Guerra Fria, a construção do muro de Berlim e o envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. No Brasil é instalada a ditadura militar (1964) que irá repercutir no adiamento dessa efervescência dos movimentos sociais liberais que já se estabeleciam na Europa e Estados Unidos.

Em relação ao feminismo desta época, as pautas debatidas e reivindicadas perpassam a liberdade sexual, maternidade e direitos de reprodução (sendo o mesmo período que surge a pílula anticoncepcional), além da subordinação da mulher nas relações de poder com os homens. Com a diversificação das bandeiras do feminismo, aparece o movimento das mulheres negras e lésbicas que apresentam novas pautas dentro do movimento, quebrando com o conceito de homogeneidade da su-

jeita do feminismo, como foi tratado na primeira onda.

Uma das grandes referências para o movimento da segunda onda é o livro “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, que traz à tona uma problematização mais aprofundada da construção social da mulher e que iremos nos aprofundar um pouco mais devido a sua representatividade sobre a temática.

Por meio de Beauvoir(1970), temos conhecimento sobre como, desde os filósofos clássicos, a mulher foi constituída e pensada como sendo algo relativo, incompleto, inessencial e como o Outro do homem. Enfim, o segundo sexo (a mulher) que depende do primeiro sexo (o homem) para ser nomeado. Desta perspectiva, a mulher sempre foi vista como inferior, uma vez que quem a constrói socialmente são os detentores dos discursos ao longo dos séculos, os homens.

Outra questão levantada por Beauvoir é sobre a condição de alteridade da mulher em relação ao homem. E que diferente de outros binarismos (negro/branco, proletários/proprietários, índios/colonos), as mulheres não se encontram ligadas por contestações universais enquanto categoria, pois estão dispersas entre os homens em diferentes classes, etnias e localização geográfica, além de encontrarem-se em relações mais estreitas com alguns homens (pais, filhos, maridos) do que com outras mulheres, impedindo a unidade necessária para se afirmar e se opor aos homens.

Essa relação desigual que se construiu e se reifica com base em uma história ditada por homens, apresenta um prestígio masculino que se reafirma na educação das crianças, e como um ciclo vicioso os estereótipos e relações de poder vão se consolidando como verdades.

[...] quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos é mantido numa situação de inferioridade, ele é de fato inferior; mas é sobre o alcance da palavra ser que precisamos entender-nos; a má-fé consiste em dar-lhe um valor substancial quando tem o sentido dinâmico hegeliano: ser é ter-se tornado, é ter sido feito tal qual se manifesta. Sim, as mulheres, em seu conjunto, são hoje inferiores aos homens, isto é, sua situação oferece-lhes possibilidades meno-

res: o problema consiste em saber se esse estado de coisas deve perpetuar-se.
(BEAUVOIR, 1970, p. 18, grifo da autora)

Beauvoir considera três pontos de vistas distintos e complementares que constituem a mulher: a biologia, a psicanálise e o materialismo histórico. No que tange a biologia, há uma estratégia para que a mulher seja refém do seu corpo, do seu sexo e da reprodução, além de lhe vincular várias atividades associadas à maternidade tornando a mulher uma presa da espécie. “A espécie habita a fêmea e consome boa parte da sua vida individual” (BEAUVOIR, 1970, p. 44). É na biologia também que surge o mito de que o homem é ativo e a mulher passiva.

Por provocante ou tolerante que seja, é o macho, de qualquer modo, quem possui: ela é possuída; ele pega, ela é pegada e a palavra tem, por vezes, um sentido muito preciso: ou porque tem órgãos adaptados, ou porque é o mais forte, o macho segura-a, imobiliza-a; efetua ativamente os movimentos do coito. ((BEAUVOIR, 1970, p. 42, grifo da autora)

Tentar explicar a mulher enquanto o Outro somente pela biologia não é possível, porém, nos indica caminhos de como os discursos utilizaram esses elementos para justificar a superioridade do homem em relação à mulher. É uma ditadura falocêntrica que se constrói para subjugar quem é desprovido deste órgão (as mulheres), e novamente por meio dos discursos se constrói e estabelece as relações de poder, determinando hierarquias, posições e papéis sociais, que cabe ao homem com falo³ todos os privilégios, pois ele é o centro e todo o resto orbita à sua volta.

Muitos homens, para se reafirmarem enquanto macho e o ser superior da espécie, veneram

³ Tratando-se de um trabalho que discute identidades transgênero vale ressaltar que, considerando todas as categorias socioculturalmente construídas, temos também a existência de homens sem falo (sem pênis), como é o caso dos homens trans, que sofrem da mesma maneira que as mulheres por não possuírem este órgão sexual (o pênis) que denota poder e privilégio no sistema heteronormativo, além de serem percebidos como ameaças por estes homens de falo, pois estão assumindo uma identidade detentora de privilégios (a identidade masculina) que de acordo o sistema não lhes cabe.

e exaltam seu pênis (sempre utilizando adjetivos superlativos, mesmo que não seja verdade) em rodas de conversa com amigos, assim como revelam a quantidade de mulheres que já “pegou” e fantasias sexuais que realizaram (ou que nem aconteceram, mas que apresenta como verdade), como se estes elementos lhes garantissem um status de destaque.

E como à mulher só resta ser mãe, pelo discurso determinista da biologia aqui apresentado, percebe-se como é difícil romper com esses padrões normativos que se estabeleceram pela reificação ao longo dos séculos.

Sendo que até nos dias atuais a sociedade brasileira ainda estranha uma mulher que não quer ter filhos, uma mulher que tem muitos parceiros sexuais (privilégio dos homens), uma mulher que prioriza a carreira profissional e todas as outras normas que foram estabelecidas a partir de elementos ligados direta ou indiretamente às características biológicas. Somando-se ao determinismo biológico, veremos como a situação econômica e social (materialismo histórico) influencia nesse conceito do ser mulher.

Finalmente, uma sociedade não é uma espécie: nela, a espécie realiza-se como existência; transcende-se para o mundo e para o futuro; seus costumes não se deduzem da biologia; os indivíduos nunca são abandonados à sua natureza; obedecem a essa segunda natureza que é o costume e na qual se refletem os desejos e os temores que traduzem sua atitude ontológica. Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza. E, diga-se mais uma vez, não é a fisiologia que pode criar valores. (BEAUVOIR, 1970, p. 56-57)

Apesar da sujeição da mulher à espécie por conta da sua fisiologia, percebe-se que esse determinismo biológico só ganha significado através do contexto histórico e da cultura do qual faz

parte. De acordo com Beauvoir, com a descoberta dos metais vem acompanhado o desejo cada vez maior da exploração da natureza.

A agricultura se expande, a escravidão surge em uma opressão entre homens, a mulher fica relegada aos serviços domésticos e ao homem cabia o trabalho produtivo. E nessa nova configuração, são realizadas estratégias de submeter a mulher enquanto reprodutora (devolvendo-a à espécie), uma vez que:

Não seria possível obrigar diretamente uma mulher a parir: tudo o que se pode fazer é encerrá-la dentro de situações em que a maternidade é a única saída; a lei ou os costumes impõem-lhe o casamento, proíbem as medidas anticoncepcionais, o aborto e o divórcio. (BEAUVOIR, 1970, p. 79)

É nessa nova estrutura familiar, que mais uma vez a função reprodutora da mulher fala mais alto para manutenção da espécie do que a função produtora (econômica), esta última ficando quase que unicamente sob a dominação masculina, o que vem a tornar o homem como ser soberano e a mulher relegada a servir à espécie (reprodução) e aos serviços domésticos (vistos como inferiores).

Já na perspectiva psicanalítica, a mulher se constitui enquanto sujeito pela subjetivação, em que a natureza não é o mais preponderante, mas o valor e significado dado a ela pela própria mulher. “A mulher é uma fêmea na medida em que se sente fêmea. [...] Não é a natureza que define a mulher, esta é que se define retomando a natureza em sua afetividade” (BEAUVOIR, 1970, p. 59).

É da psicanálise que surge o estereótipo da mulher histérica e neurótica, naturalizando esse discurso patológico que até os dias de hoje continua a ser reificado pelo senso comum. “Há somente uma etapa genital para o homem, enquanto há duas para a mulher; ela se arrisca bem mais do que ele a não atingir o termo de sua evolução sexual, a permanecer no estágio infantil e, conseqüentemente, a desenvolver neuroses.” (BEAUVOIR, 1970, p. 61.)

Freud é um dos precursores da psicanálise a trabalhar com a sexualidade e dentro deste uni-



verso ele reforça o binarismo masculino/feminino. Para justificar sua tese da construção subjetiva do ser, ele apresenta um conjunto de complexos: de Édipo, de Castração e de Eletra.

No Complexo de Édipo (que se refere à sexualidade dos meninos) temos a ideia de que existe uma libido (desejo sexual) pela mãe, que se desenvolve nas crianças entre os 03 e 06 anos de idade (estágio fálico do desenvolvimento psicosssexual), ao mesmo tempo em que cria um sentimento de rivalidade com o pai, por ser o outro homem envolvido nesse jogo de disputa pelo objeto de desejo (a mãe).

Mas ao perceber que seu adversário (o pai) é mais forte, a criança recua e se manifesta o medo da castração (medo inconsciente da perda do pênis). Para pensar na construção das meninas pelo processo de subjetivação, Freud cria uma teoria psicanalítica que dá o nome de Complexo de Eletra, em que:

A menina possui, inicialmente, uma fixação materna, enquanto o menino nunca é atraído sexualmente pelo pai. Essa fixação é uma sobrevivência da fase oral; a menina identifica-se, então, com o pai, mas por volta dos cinco anos descobre a diferença anatômica dos sexos e reage à ausência do pênis por um complexo de castração. Imagina ela ter sido mutilada e sofre por isso.
(BEAUVOIR, 1970, p. 61-62)

Percebe-se que todos os argumentos de Freud no que tange a sexualidade parte de um princípio falocêntrico, o que já coloca o homem como Um e a mulher como o Outro, mas que na verdade para ele a mulher é um semelhante, porém mutilado, a mulher é um homem sem pênis, por isso, inferior, uma vez que o poder está no falo.

Poderíamos deduzir que Freud é machista? A princípio sim, pois ele é fruto da época que viveu (Século XIX) e reproduzia a ideia de subordinação e incompletude da mulher, além de que, não podemos esquecer que ele era médico, então se valia do arsenal biológico para construir suas teorias.



Retomando o pensamento de Beauvoir que considera que a mulher precisa se realizar individualmente dentro dessas três perspectivas: biológica, subjetiva (psicológica) e socioeconômica, permitindo se enxergar enquanto uma construção social, faz-se necessário empoderar-se dos discursos para promover uma (des)reconstrução da sua condição de Outro frente ao homem, que é reificada pelas três esferas.

A Terceira Onda – As identidades de Gênero

A terceira onda feminista é o período iniciado a partir dos anos 1990 nos Estados Unidos e apresenta uma pauta de reivindicações mais ampla do que o grupo da Segunda Onda, sendo subsidiada pela Teoria Queer, a conscientização negra, o pós-colonialismo, a teoria crítica, o transnacionalismo, dentre tantos outros movimentos e teorias que estavam no auge de sua existência. Pode ser definida como a fase pela busca de total liberdade de escolha do “ser feminino”, problematizando as identidades de gênero e ampliando a concepção do que é ser mulher.

Porém, não é um movimento homogêneo. As múltiplas influências de teorias e outros movimentos sociais promoveram uma pulverização do movimento feminista, tornando cada vez mais claro que devemos utilizar o termo no plural, movimentos feministas.

Esta foi uma fase em que o olhar crítico se volta para os próprios movimentos, questionando principalmente a mulher enquanto sujeito universal, que foi adotado pelas ondas que antecederam.

Estas mudanças iniciam ainda na segunda onda e desenvolvem estudos e teorias sob o viés da interseccionalidade que vieram a se fortalecer na década de noventa, dando origem aos feminismos interseccionais que tinham como pauta compreender e debater as diversas formas de opressão que uma mesma mulher pode sofrer, em função de sua raça, classe, idade, deficiência física, comportamento e/ou orientação sexual.

Certos cruzamentos de marcadores de diferença em detrimento de outros que



se tornavam secundarizados (como o reforço na tríade, quase “mantra”: raça, classe e gênero), ou, então, frisar a preeminência de um marcador sobre os demais, seja, por exemplo, classe social em relação à “raça” e gênero no caso de algumas correntes marxistas. (HENNING, 2015, p. 109)

Nesta perspectiva da interseccionalidade, CRENSHAW (1991, p. 1242, tradução nossa) traz à reflexão que “o problema com a política de identidade não é que ele não transcenda a diferença, como alguns críticos acusam, mas sim o oposto - que frequentemente confunde ou ignora as diferenças intragrupoais.”

Desta maneira, o gênero enquanto identidade sofre com esse problema, por muitas vezes ser ilustrado de forma limitada e estática, sem considerar a diversidade que há entre os dois polos do sistema binário (masculino e feminino) e as diferenças que também existem dentro de cada um desses grupos.

Kimberle Crenshaw apresenta no artigo “Mapeando as margens: interseccionalidade, política de identidade e violência contra mulheres de cor” três categorias da interseccionalidade (a estrutural, a política e a representacional) para demonstrar como as mulheres de cor⁴ sofrem dentro do jogo das identidades e que a ausência de um olhar interseccional às levam a perda de direitos, marginalização e violências diversas.

Dividi as questões apresentadas neste artigo em três categorias. Na Parte I, discuto a interseccionalidade estrutural, as maneiras pelas quais a localização de mulheres de cor na interseção de raça e gênero torna nossa atual experiência de violência doméstica, estupro e reforma corretiva qualitativamente diferente da das mulheres brancas. Eu mudo o foco na Parte II para políticas da

4 A autora utiliza essa expressão “mulheres de cor” para referenciar as mulheres negras, mas também, as latinas e asiáticas que por vezes são trazidas como exemplos ao longo do artigo, por não fazerem parte do grupo homogêneo das mulheres brancas que são detentoras de privilégios.

interseccionalidade, onde analiso como as políticas feministas e anti-racistas paradoxalmente, muitas vezes ajudaram a marginalizar a questão da violência contra mulheres de cor. Então, na Parte III, discuto a interseccionalidade representacional, com a qual quero dizer a construção cultural das mulheres de cor. Eu considero como as controvérsias sobre a representação das mulheres de cor na cultura popular também podem exaltar a localização específica das mulheres de cor e, assim, tornar-se mais uma fonte de desempoderamento interseccional. Finalmente eu abordar as implicações da abordagem interseccional dentro do contexto mais amplo âmbito da política de identidade contemporânea. (CRENSHAW, 1991, p. 1245, tradução nossa)

Apesar de Crenshaw criar o conceito de interseccionalidade para problematizar a questão das mulheres negras, hoje este conceito tem sido utilizado de forma expandida e servindo para ressignificar identidades e pertencimentos.

A contradição e a negociação das diferenças são o cerne dos feminismos contemporâneos. Ampliou os marcadores sociais para contextualizar os problemas que as mulheres sofrem e desconstruiu a biologização da mulher, que torna a mulher refém da espécie (BEAUVOIR, 1970), referindo-se a questão da reprodução e exclui as mulheres trans e travestis, por não aceitarem sua identidade de gênero.

Mas esse processo de desconstrução e fluidez da categoria de mulher adotada pelos movimentos feministas é parcial, ainda existindo movimentos e teorias feministas mais radicais que não admitem a inclusão de novas sujeitas que não se enquadrem no padrão heteronormativo.

A partir das novas ideias e comportamentos trazidos com o movimento feminista, a percepção sobre quem são as mulheres se ampliou, deixou de apenas se remeter à mulher branca, abastada, casada com filhos, e passou a acatar a

humanidade e a feminilidade de mulheres outrora invisíveis: negras, indígenas, pobres, com necessidades especiais, idosas, lésbicas, bissexuais, solteiras, e mesmo as transexuais (JESUS; HAILEY, 2010, p. 05)

O Transfeminismo

Apesar do apoio de boa parte dos movimentos feministas, as travestis e mulheres trans que muitas vezes não eram representadas pelas pautas dos movimentos LGBTQIA+ e por terem demandas políticas muito específicas, dão origem aos movimentos nomeados transfeminismos, que possuem como princípios:

1) redefinição da equiparação entre gênero e biologia; (2) reiteração do caráter interacional das opressões; (3) reconhecimento da história de lutas das travestis e das mulheres transexuais e das experiências pessoais da população transgênero de forma geral como elementos fundamentais para o entendimento do feminismo; e (4) validação das contribuições de quaisquer pessoas, sejam elas transgênero ou cisgênero, o que leva ao fato de que, por sua constituição, o transfeminismo pode ser útil para qualquer pessoa que não se enquadra no modelo sexista de sociedade que vivemos, não apenas as transgênero (JESUS, 2013, p. 6)

O transfeminismo pode ser enquadrado na esfera do feminismo interseccional relacionado às questões trans, que vem para revelar as particularidades das pessoas transgênero para pleitear direitos que perpassam: as políticas públicas de saúde e educação; a mudança de nome e sexo nos documentos oficiais de identificação; criminalização da transfobia; inclusão no mercado de trabalho; dentre tantas outras reivindicações que são específicas a esta população e que não tinham força nos movimentos

sociais LGBTQIA+ e Feministas em geral.

O movimento transfeminista traz como embasamento para suas discussões o gênero como relacional e político, ideia defendida por muitas feministas contemporâneas e pesquisadoras/es queer, que rompe de uma vez com a inteligibilidade do sexo e gênero partindo da premissa que todas/os são seres construídos socialmente por um sistema que antecede a nossa existência.

O transfeminismo reconhece a interseção entre as variadas identidades e identificações dos sujeitos e o caráter de opressão sobre corpos que não estejam conforme os ideais racistas e sexistas da sociedade, de modo que busca empoderar os corpos das pessoas como eles são (incluindo as trans), idealizados ou não, deficientes ou não, independentemente de intervenções de qualquer natureza; ele também busca empoderar todas as expressões sexuais das pessoas transgênero, sejam elas assexuais, bissexuais, heterossexuais, homossexuais ou com qualquer outra identidade sexual possível. (JESUS; ALVES, 2012 p. 15)

O movimento vai se diversificando perante as identidades sexuais e de gênero, horas formando uma “sopa de letrinhas” (FACCHINI, 2005), mas também, dividindo-se em grupos específicos por considerarem que assim conseguirão articular pauta mais direcionada, como é o caso dos movimentos trans. Temos um crescimento da rede de movimentos homossexuais no Brasil ao longo da década de 1990 e tem como marco o ano de 1995, que contou com a presença de organizações de travestis no 1º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas que Trabalham com AIDS e 8º Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas.

Esta dinâmica que ocorre nos movimentos sociais com o descentramento das identidades de uma perspectiva multicultural, surgindo grupos reivindicando o reconhecimento da sua diferença, gera atritos e rompimentos dentro da configuração da sopa de letrinhas que se tornou os movimentos



identitários LGBTQIA+. Através de um processo de disputas para pleitear direitos negados e/ou invisibilizados das minorias quando constituem este grupo maior, temos o exemplo das pessoas trans que lutam por questões pautadas na discussão de gênero, enquanto estes grupos generalistas, que tem como sujeitos hegemônicos os gays, acabam por priorizar as pautas da sexualidade masculina.

Os 8º EBGL e 1º EBGL-AIDS contaram com o apoio de agências governamentais, universidade e de atores de natureza empresarial. Além de ser a primeira vez que o movimento nacional tinha um encontro financiado com recursos do Ministério da Saúde, e que reservava uma parte específica para a discussão de questões ligadas ao HIV/AIDS, este foi o encontro que reuniu o maior número de grupos até então, trazendo como novidade a presença de organizações de travestis e a discussão sobre temas como religiosidade, transexualidade e articulação com o movimento em nível internacional. [...] O 8º EBGL deixava como marca a aprovação da inclusão do termo “travestis” no nome dos encontros seguintes do movimento. (FACCHINI, 2003 p. 109)

Cabe destacar aqui uma síntese do histórico dos movimentos trans até seu processo de transnacionalização via globalização de ações, que tem conquistado espaços políticos e garantia de direitos devido as suas mobilizações e repercussões que deixam de ser locais para se tornar globais.

Até surgirem os grupos transmilitantes, as pessoas trans juntaram-se ao movimento LGB que passa a ser chamado de LGBT, porém esta “inclusão” não se dava na prática, sendo o gay o principal sujeito das pautas deste movimento. Os movimentos feministas também vão aos poucos integrando as mulheres trans aos seus movimentos, porém, a população trans se ver na necessidade de ter sua autonomia e poder gerir movimentos para serem as protagonistas e não mais as aliadas.

Há quatro marcos históricos sobre o surgimento dos movimentos trans moderno nos Estados Unidos, segundo Bárbara Garii (2007), duas ações policiais a estabelecimentos que tinham como

público a comunidade LGBT, sendo que o primeiro aconteceu em 1966 na Cafeteria Compton, em Tenderloin São Francisco e a outra ação ocorreu em 1969, quando a polícia invadiu o bar Stonewall em Nova York.

Os outros dois marcos, segundo a autora, aconteceram vinte anos mais tarde, referindo-se aos livros: *Sex Changes: The Politics of Transgenderism*, publicado em 1987 por Pat Califia, um teórico transmasculino, e *Stone Butch Blues*, publicado em 1993 pela ativista Leslie Feinberg. Estas ações fizeram com que grupos sociais organizados surgissem para pleitear direitos para a comunidade trans. Entre o final da década de 1960 até o início da década de 1980, tivemos a fundação de vários grupos que têm como bandeira a população LGBT, disseminados para além dos territórios norte americanos e europeu, chegando até a América Latina, como é o caso do Brasil na década de 1970.

Na maioria dos casos, os grupos que surgem ainda têm maior direcionamento de suas ações voltadas para as questões de orientação sexual, que compreende a/o sujeita/o gay e lésbica, deixando em segundo plano as questões relativas à identidade de gênero e peculiaridades da população trans, mas alguns movimentos trans já começam a aparecer ainda na década de 1960.

As primeiras organizações de transexuais surgem, em São Francisco, nos EUA, nos finais dos anos 1960, princípios de 1970, e partilhavam com outros movimentos sociais da época o valor da autenticidade, reivindicando o fim da discriminação e o direito à auto-realização. Para algumas, a mensagem era já a da despatologização. Mas é a partir da década de 1990 que o movimento cresce e se organiza, sendo a sua força e visibilidade fortemente impulsionadas pela possibilidade do recurso à internet. É então na segunda metade dessa última década do século passado que podemos situar grupos autónomos de pessoas transexuais e de outras expressões de gênero que começam a definir as “políticas transgénero”. (SALEIRO, 2013, p. 170)

Com base em suas reivindicações específicas, tais como: despatologização, mudança de nome e sexo nos documentos; luta contra a transfobia; acesso gratuito aos serviços de saúde; políticas públicas de cotas; dentre outras, leva a constituição destes movimentos trans independentes do movimento LGBT. No Brasil, não foi diferente, demorou aproximadamente vinte anos para surgir a primeira organização social trans, como fruto da violência policial mais uma vez:

No dia 2 de maio de 1992, no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), um grupo de travestis que se prostituía na Praça Mauá, região portuária da cidade do Rio de Janeiro, se reuniu para formar a primeira organização política de travestis da América Latina e a segunda do mundo. A Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL) nasceu de uma necessidade de organização das travestis em resposta à violência policial, principalmente nos locais tradicionais de prostituição na cidade, como a Lapa, a Central do Brasil, Copacabana e a própria Praça Mauá. (CARVALHO, 2013, p.6)

Com o surgimento do HIV/AIDS na década de 1980, os movimentos LGBT's e Trans ganham mais força, tendo em vista a necessidade de pleitear ações governamentais de apoio às pessoas infectadas (que em sua maioria eram gays e trans) e implantação de políticas públicas de saúde que pudessem conter este vírus que impactava em maior grau a população negra, pobre, e profissionais do sexo.

Em 1992 é fundado o Transgender Nation nos Estados Unidos e no Brasil, além da ASTRAL que “veio de um projeto de prevenção das DST e AIDS chamado ‘Saúde na Prostituição’ que realizava reuniões com profissionais do sexo no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), local onde passaram a se realizar as reuniões da associação” (CARVALHO, 2013, p. 7), tivemos outras tantas que surgem sendo impulsionadas pelo combate ao HIV/AIDS. “Em 2000 foi fundada a Associação Nacional de Travestis, Transexuais e Trâns-gêneros (ANTRA) e em 2005 foi criado o Coletivo Nacional de

Transexuais (CNT)” (ÁVILA, 2014, p. 180-181).

Nos textos de TREVISAN (1986) e FACCHINI (2003; 2005) são retratados os contextos do início dos movimentos gay no Brasil no fim da década de 1970 e sua renovação ao longo dos anos, perpassando pelo impacto do HIV e a ação midiática e de alguns médicos na criação do estigma, reforçando se tratar de uma doença exclusiva da população gay e depois ampliando para grupos de riscos, dentre eles as mulheres e homens cis, as travestis e transexuais que atuavam na prostituição.

As/os autoras/es apresentam também como estes movimentos ganham força e representatividade em todo o Brasil para além do eixo Rio - São Paulo. Revelam como os movimentos tiveram a princípio uma polarização com os grupos de esquerda, mas que acabaram se rendendo na década de 1980 e se institucionalizando e vinculando a partidos políticos, sendo este um fator de crítica de Trevisan, que era um dos fundadores do primeiro grupo homossexual do Brasil (Grupo SOMOS).

Considerando estas perspectivas de organização em rede que vinha acontecendo internamente no Brasil e em outros países, ainda temos uma carência de redes internacionais institucionalizadas, mas, as relações entre organizações de diversas nações distintas tem se relacionado de forma espontânea com a facilidade que os avanços tecnológicos têm proporcionado.

Estas redes têm gerando um intercâmbio que impacta na construção das identidades por meio da troca de experiências e informações entre grupos de diferentes culturas e nacionalidades, criando instrumentos de apoio (financeiro, logístico, de formação e político) e promovendo ações de abrangência global. Uma rede internacional ativa e que desenvolve um papel importante é a ILGA.

Nesse cenário ativista, vale destacar o surgimento da International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans And Intersex Association (ILGA). A ILGA é uma federação mundial que congrega grupos locais e nacionais dedicados à promoção e defesa da igualdade de direitos para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexos (LGBTI) em todo o mundo. Fundada em 1978, a ILGA reúne entre seus membros mais de 670 organizações, representando, assim, mais

de 110 países, oriundos de todos os continentes. De pequenas coletividades a grupos nacionais, a ILGA chega a reunir, entre seus membros, até mesmo cidades inteiras. Atualmente, a ILGA é a única federação internacional a reunir Organizações Não-Governamentais (ONGs) e entidades sem fins lucrativos que concentra a sua atuação, em nível global, na luta pelo fim da discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. (ÁVILA e GROSSI, 2010, p. 9)

E, assim como a ILGA, outra rede internacional que surgiu foi a RedLac Trans (que atua na América Latina e Caribe) e ambas tem como propósito promover a articulação entre as organizações, alinhar estratégias contra as discriminações sofridas pela população trans e dar visibilidade aos movimentos para garantir força política em suas ações, além de conseguir espaço em instituições internacionais de grande legitimidade internacional, como é o caso da ONU e UNESCO, que fomentam iniciativas dos movimentos trans por meio de convênios e outras parcerias.

Além dessas duas tem a Transgender Europe – TGEU que não é uma rede, mas atua de forma espontânea na coleta de dados sobre a população trans no mundo, dentre eles o monitoramento dos assassinatos de pessoas trans, possibilitando criar estatísticas com dados comparativos entre as informações coletadas, suprimindo a ausência destas informações que não são registradas pelas instituições responsáveis. Mesmo reconhecendo a fragilidade dos dados, que ficam muito aquém dos números reais, tem servido de parâmetros para os estudos.

Dentre as pautas trans, sinalizadas anteriormente, tivemos algumas conquistas importantes no Brasil viabilizadas por meio desta rede transnacional que se formou dos movimentos trans, dentre elas: a despatologização da transexualidade; o enfrentamento das discriminações por identidade de gênero em âmbito transnacional; realização de debates/palestras/congressos livres e acadêmicos sobre as questões trans; mudança de nome e sexo nos documentos de pessoas trans sem necessidade de

processo judicial (Resolução nº 270/2018 da CNJ); direito às cirurgias de transgenitalização e outros serviços de saúde pelo SUS; uso do nome social enquanto não altera os documentos; cotas para pessoas trans em algumas universidades; criminalização da transfobia (Lei 672/2019 – em tramitação); sistematização e difusão dos dados sobre violência e homicídios de pessoas trans, uma vez que não há essa preocupação pelas instituições governamentais; dentre outros.

Reconhecemos que os feminismos, incluindo aqui os transfeminismos, são a representação maior de movimentos sociais que se estabelecem para contestar os discursos patriarcais e falocêntricos, alcançando muitas conquistas (direito ao voto e cargos políticos, mercado de trabalho, educação, representação da diversidade do feminino, tutela sobre o corpo, criminalização da violência de gênero dentre outras), em alguns casos reproduzindo e reforçando alguns destes discursos que deveriam ser combatidos, tais como a representação da mulher enquanto sujeito homogêneo e fixo.

Em outros casos, os feminismos ampliam as pautas por meio da interseccionalidade (classe, raça, gênero, sexualidade, idade, dentre outras), demonstrando quão diverso é este movimento. Sem falar das ações cotidianas que cada mulher promove em seu ciclo social rompendo com as normas impostas, inspirada ou não por este movimento maior, e que aos poucos vai minando o poder destes discursos que as transformaram em Outra, para se afirmarem enquanto sujeitas.

Pensando na diversidade dos movimentos feministas, não podemos deixar de relatar as disputas e embates que ocorrem entre os movimentos das feministas radicais (radfem) e as transfeministas.

As Radicais e o essencialismo do feminino

Connell (2016) relata os conflitos que existiam (e ainda existem) entre algumas feministas que se enquadram no perfil do feminismo radical e as mulheres trans, relatando o caso de Robin Morgan quando escreveu o livro “Sororidade é Poder” (1970) e invisibilizou as mulheres trans em seus

escritos, além de protagonizar “um ataque público em uma linguagem bastante violenta contra uma mulher transexual que havia sido convidada para se apresentar como musicista em uma conferência feminista lésbica na Califórnia (Morgan, 1978, 171-181)” (CONNELL, 2016, p. 227).

As ideias de Morgan foram reforçadas por Mary Daly (teórica do feminismo separatista estadunidense) que em sua obra *Gyn/Ecologia* (1978) promove um ataque contundente à transexualidade quando diz que “essa é uma ‘invasão necrofílica’ dos corpos e espíritos femininos” (CONNELL, 2016, p. 228). Estes ataques e deslegitimação da mulher trans são potencializados pelo discurso da obra de Janice Raymond, que teve Mary Daly como orientadora durante a escrita de sua dissertação e culminou no livro *O império transexual* (1979) (BAGAGLI, 2019, p. 30), “apresentou uma visão sinistra das mulheres transexuais enquanto paródias da feminilidade e invasores masculinos dos espaços de mulheres” (CONNELL, 2016 p. 228).

Estes pensamentos radicais sobre o gênero e a exclusão da sujeita trans dos processos identitários que constrói e dá sentido ao feminino, são replicados até os dias atuais influenciando os movimentos feministas contemporâneos que se intitulam como “feministas radicais trans-excludentes - TERF”.

A sigla TERF - trans exclusionary radical feminist - é frequentemente mencionada para designar os conjuntos de posicionamentos feministas críticos ou hostis à inclusão de questões transgêneras no feminismo, precisamente porque descreve a adoção de um posicionamento a favor da exclusão destas questões do escopo do movimento feminista. (BAGAGLI, 2019, p. 24)

Tal pensamento nos remete a uma perspectiva essencialista, quando negam a construção social do feminino excluindo as mulheres trans e travestis do movimento feminista, pois retomam a questão da exclusividade do feminino que estaria restrito a mulher cis.

É um discurso biologizante que segue um caminho totalmente oposto às visões pós-estru-

turalista e desconstrutivistas dos processos identitários que pensam a/o sujeita/o pós-moderno. Hoje, com o avanço da tecnologia, temos vários sites, blogs e perfis nas redes sociais que reúnem e propagam estes discursos que ao invés de somar, desagregam os grupos que teriam lutas e causas semelhantes, porém se fragmentam por seguirem vieses ideológicos e teóricos divergentes.

Baseado na concepção de patriarcado das décadas de 1960 e 1970, as radfem (feministas radicais) trazem no bojo dos seus discursos “que as mulheres devem se unir na luta contra os homens [...], assim como, devem rejeitar o Estado e todas as instituições formais por ser produto do homem e, portanto, de caráter patriarcal” (SILVA, 2008, p. 4), levando a discursos e reivindicações extremistas por parte de uma parcela deste movimento, que acarretam dentre tantos outros, a negação da transgeneridade.

Fato é que não podemos generalizar as feministas radicais, pois embora boa parte deste movimento possua posturas, discursos, ideologia e disputas sociais que podem ser interpretadas como transfóbicas, existe uma parcela deste movimento que aceitou a transexualidade como possibilidade da representação do feminino.

O grande atrito entre os dois movimentos, as transfeministas e as radfem, é que as primeiras se pautam na Teoria Queer que advém do pensamento pós-moderno, negando essencializações, naturalizações e voltando-se para a fluidez das/os sujeitas/os, dos contextos e dos processos identitários, enquanto as radfem recorrem ao materialismo positivista, a exemplo de Sheila Jeffreys⁵ e Janice Raymond⁶ que são teóricas feministas referenciais para os TERF.

Desta maneira, quando os Estudos Queer difundem a ideia de que uma pessoa tem o direi-

5 Jeffreys (1948), é uma teórica e militante feminista lésbica australiana. Ela foi professora associada de Ciência Política na Universidade de Melbourne (Austrália). Antes de se mudar para a Austrália no início dos anos 90, ele viveu a maior parte de sua vida no Reino Unido. Sua obra mais recente “Gender hurts: a feminism analysis of the politics of transgenderism” (2014).

6 Janice G. Raymond é professora emérita dos Women’s Studies and Medical Ethics na University of Massachusetts Amherst. Dentre seus trabalhos existem publicações com discursos equivocados sobre as pessoas transgêneros, como é o caso do livro intitulado *The Transsexual Empire: The Making of the She-Male* (1979). Seu livro mais recente: “Sex trafficking of women in the United States: international and domestic trends” (2001).

to de performar e ser reconhecida com o gênero oposto dentro do sistema binário estabelecido, ou ainda ficar no entre-lugar, as radfem vão na contramão deste discurso pautando-se na biologização para definir o que é ser mulher, valendo-se da concepção de que gênero é abstrato, é artificial e sendo assim, voltam-se para a materialidade das relações entre homens e mulher cis, fruto da opressão e subordinação do feminino.

O apelo aos “fetos e bebês do sexo feminino” visa justamente ressaltar o aspecto de atribuição de gênero feminino no momento do nascimento individual - ou mesmo antes dele, sustentando ou direcionando um sentido sobre o sexo como um aspecto biológico das mulheres. Em virtude desta atribuição de gênero feminino no momento do nascimento não configurar um aspecto ou traço possível de ser compartilhado com mulheres trans, este apelo se torna um argumento fundacional para a posição trans-excludente, pois ele sustenta a posição segundo a qual as questões referentes à “identidade de gênero” são vistas como irreconciliáveis e até mesmo antagônicas com as de “sexo”. Este argumento é exemplar, pois esta atribuição de sexo feminino no nascimento fornecerá a pedra de toque de quem pode ou não ser considerado mulher e orientar assim a exclusão das mulheres trans da categoria mulher ou de uma experiência legítima de gênero. (BAGAGLI, 2019, p. 24)

A falta de empatia e a negação da interseccionalidade das radfem trans-excludentes, quando o assunto é mulher trans poderia ser justificado pela linha teórica que seguem (o materialismo positivista), que negam as teorias pós-modernas, mas acabam indo para além disso, quando promovem ações direcionadas a deslegitimação da transgeneridade, quando promovem discurso de ódio contra as pessoas trans, quando se valem dos mesmos discursos adotados pelos grupos conservadores para atingir a população trans, revela que há mais que uma disputa teórica-epistemológica, que podemos

resumir como transfobia.

Tomando como exemplo uma única postagem (de 29 de Maio de 2017) do blog “Escreva Lola Escreva” que trazia um texto que problematizava a questão do gênero a partir da relação entre as radfem e as transmilitâncias e tinha como título “Radfem e transativismo: aliadas, não inimigas” escrito por Annia Zacchi. O texto apresenta ponderações que tenta delimitar os campos de cada grupo e as situações de conflitos geradas por perspectivas teóricas e políticas, na tentativa de amenizar e ajudar as pessoas pertencentes a estes movimentos sociais a refletirem sobre a situação e deixassem de se ver como rivais, mas sim como aliadas.

Ao verificarmos uma amostra dos 145 comentários que se estenderam por dezessete dias a partir da publicação, percebemos que revelam discursos provocativos problematizando e identificando outros olhares sociológicos a respeito da mulher, que para as radfem as mulheres cis são as únicas sujeitas representantes do feminino, ao invés de pensar o gênero, uma vez que discordam que o gênero existe.

Outros comentários seguem uma escrita que tende para o apelativo, pejorativo e violento, por serem contrários à defesa da interpretação do gênero a partir da concepção queer. Em resposta, comentários em menor número, apresentam argumentos em defesa da relevância das pessoas trans para o debate de gênero e o lugar do feminino.

Este cenário reflete que o contexto problematizado no texto dos conflitos entre radfem e mulheres trans ganha materialidade e se torna explícito, a partir dessa interrelação virtual, revelando como estes dois grupos que poderiam ser aliados para reivindicação de direitos em comum, ainda vivem em guerra em defesa da representação da sujeita que representa o feminino.

Referências Bibliográficas

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. O que é feminismo. 6.ed. São Paulo: Editora Bra-



siliense, 1985.

ÁVILA, S.; GROSSI, M. P. Transexualidade e movimento transgênero na perspectiva da diáspora queer. V Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH – realizado em novembro de 2010 em Natal, RN, p. 1-17.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini (Dissertação). Discursos transfeministas e feministas radicais: disputas pela significação da mulher no feminismo / Beatriz Pagliarini Bagagli. Campinas, SP: Repositório da Universidade Estadual de Campinas, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Fatos e Mitos (Vol. 1). 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. A experiência vivida (Vol. 2). 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRASIL, Conselho nacional de justiça. Resolução n. 270, de 11 de dezembro de 2018. Diário da Justiça [do] Conselho Nacional de Justiça, Brasília, DF, n. 240, p. 10-12, 12 dez. 2018.

BRASIL. Lei 672/2019 (em tramitação). Criminaliza a discriminação e o preconceito relativos à identidade ou orientação sexual. Brasília: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 2019.

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. Revista Lationoamerica: Sexualidad, Salud y Sociedad nº 14, Rio de Janeiro: IMS-UERJ, CLAM, Dossier nº 2, 2013, pp.319-351.

CONNEL, Raewyn. Gênero em termos reais. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo : Inversos, 2016, 272 p.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review*, Vol. 43, No. 6 (Jul., 1991), pp. 1241-1299.

DALY, Mary. *Gyn/Ecology: The Metaethics of Radical Feminism*. Boston, 1978.

Beacon Press.FACCHINI, Regina. Movimento Homossexual no Brasil: reconpondo um histórico. *Cadernos AEL*, v. 10, n. 18/19, 2003, p. 81-124.

FACCHINI, Regina. “Sopa de letrinhas”? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Rio de Janeiro: Clam: Garamond, 2005.

GARII, Barbara. “Transgender Movement.” *Encyclopedia of Activism and Social Justice* . 2007.

SAGE Publications. [online] Disponível em: http://www.sageereference.com/activism/Article_n867.html. Acesso em: 12 Mai. 2018.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, Londrina, v. 20, n. 2, jul./dez. 2015.

JEFFREYS, Sheila. Transgender activism: A lesbian feminist perspective. *Journal of lesbian studies*,



v. 1, n. 3-4, p. 55-74, 1997.

JESUS, Jaqueline Gomes de; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Cronos – Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN*, Natal, v. 11, n. 2, jul./dez. 2010. p. 8-19. Disponível em: <<http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/article/view/2150/pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível: < http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373329021_ARQUIVO_FEMINISMOEIDENTIDADEDEGENEROPDF> Acesso em: 15 jul. 2018.

MENESES, Cleber Meneses. *Diáspora Trans: mobilidades e migrações espaço-temporal e de gênero*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, p. 345, 2020.

MORGAN, Robin. *Sisterhood Is Powerful: Na Antology of a Feminist*. Nova Iorque: Vintage Books, 1978. Disponível em <http://www.itn-cohab.eu/wiki/queer-diaspora>. Acesso em 10 dez. 2018.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, história e poder. Curitiba: *Revista de Sociologia e Política*. Vol.18 nº 36, 2010.

RAYMOND, Janice G.. *The Transsexual Empire: The Making of the She-Male*. Boston: Beacon Press, 1979.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (1979). Emílio ou da educação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo radical – pensamento e movimento. Revista Travessias –Educação, Cultura, Linguagem e Arte, v. 2, n. 3, 2008. Disponível em:< <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3107/2445> > Acesso em: 24 de outubro de 2018.

SALEIRO, Sandra Palma. Trans Gêneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de gênero. 2013. 412 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa. 2013.

TREVISAN, João. Devassos no Paraíso – a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade. Editora Max Limonad 2º Ed., 1986.

ZACCHI, Annia. Radfem e transativismo: aliadas, não inimigas (on-line). Blog “Escreva Lola Escreva”. Disponível em: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2017/05/radfem-e-transativismo-aliadas-nao.html>. Acesso em: 14 de Mar. de 2020.

REFERÊNCIAS – AUDIOVISUAL

CRÔNICAS de São Francisco [Seriado]. Direção: Lauren Morelli. Estados Unidos: Netflix, 2019.

DIVINAS divas [Documentário]. Direção: Leandra Leal. Brasil: Vitrine Filmes, 2017.

FLORES raras [Filme]. Direção: Bruno Barreto. Brasil: Imagens Filmes, 2013.



MILK – A voz da igualdade [Filme]. Direção: Gus Van Sant. Estados Unidos: UNIVERSAL PICTURES, 2009.

POSE [Seriado]. Direção: Ryan Murphy, Brad Falchuk, Steven Canals. Estados Unidos: Netflix, 2018.

SÃO PAULO em hi-fi [Documentário]. Direção: Lufe Steffen. Brasil: distribuição própria, 2016.